



**ACÓRDÃO Nº886/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11666/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - Fundeb/Tabatinga.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Valdiney da Silva dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2516/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB/TABATINGA. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação.  
Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB/Tabatinga, referente ao exercício 2020, sob a responsabilidade do **Sr. Valdiney da Silva dos Santos**, Gestor e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 11, III, “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes da fundamentação do Voto;
- 10.2. **Considerar em Alcance o Sr Valdiney da Silva dos Santos**, Gestor e Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB/Tabatinga, referente ao exercício 2020, no valor de **R\$2.061,90** (dois mil, sessenta e um reais



**ACÓRDÃO Nº886/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

e noventa centavos), nos termos do art. 304, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pela ausência de comprovação de instalação de caixa d'água relativa ao Contrato 05/2020, a qual não fora identificada pela DICOP durante a inspeção, de acordo com o item 2.2.1, da fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o órgão Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB/TABATINGA,

- 10.3. Aplicar Multa** o Sr. **Valdiney da Silva dos Santos**, Gestor e Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB/Tabatinga, referente ao exercício 2020, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, VI, da Lei n.º 2.423/1996 com redação dada pela LC n.º 204/2020, c/c o art. 308, VI, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos **itens 2 da DICAMI e Restrições 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 2.1.1; 2.1.2; 2.1.3; 2.2.1, 2.2.2; 3.1.1; 3.1.2 e 3.1.3 da DICOP**, os quais foram objeto da fundamentação do voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



**ACÓRDÃO Nº886/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.4. Recomendar** ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - Fundeb/tabatinga:

**a. Observe** a receita e a despesa executada nos próximos balanços financeiros, frente à despesa fixada, evitando a ocorrência de déficit orçamentário, em desacordo aos princípios da contabilidade pública;

**b. Crie** um espaço físico para fins de controle de almoxarifado, com monitoramento de entrada e saída de materiais, em cumprimento ao princípio da eficiência (art. 37 da CF/88) e aos arts. 94, 95, 96, da Lei nº 4.320/64;

**c. Realize** estudos quanto à viabilidade de criação de um quadro próprio de servidores;

**d. Crie** o seu próprio portal de transparência desvinculados do Município de Tabatinga;

**10.5. Determinar** diante das irregularidades identificadas e dos indícios de improbidade administrativa, a **remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual**, para as medidas que considerar cabíveis no âmbito de sua atuação, na forma do art. 22, §3º, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.6. Dar ciência** ao **Sr. Valdiney da Silva dos Santos**, por meio de seus representantes legais, para conhecimento do presente Acórdão;

**10.7. Arquivar** os presentes autos, após expirados os prazos legais.

**11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 7 de junho de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº886/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA na data Thu Jun 23 10:42:41 UTC 2022.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: A2625ACC-7C05E874-5122B02B-337D796D